

PROJETO DE PESQUISA MULTICÊNTRICO – DIREITO. A ORGANIZAÇÃO DA ESCRITA JURÍDICA NA PETIÇÃO INICIAL: UMA PROPOSTA INTERVENCIONISTA. UNIDADE ANHANGUERA DE PELOTAS. ANÁLISE DO PRÉ-TESTE

Autor(res)

Débora Alessandra Peter
Bruno Gulart Carvalho Vieira
Ricardo Da Silva Prietsch
Enrique Bohm Gomes
Elenice De Souza Santana

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS

Introdução

O presente esboça o resultado parcial do projeto multicêntrico intervencionista que objetiva aperfeiçoar a competência linguística para a produção de textos jurídicos coesos e coerentes, características essenciais para efetivação do acesso à justiça.

O fato de o estudante ter consciência de suas dificuldades em relação à produção de um texto pode ser interpretado como o primeiro passo à busca de solução para as dificuldades. A consciência “vem de fora para dentro”, ou seja, por meio de alguém que aponte as dificuldades que o escritor apresenta para redigir um texto coeso, coerente e com autoria.

Para tanto, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: A organização da escrita jurídica na petição inicial necessita de uma proposta intervencionista?

Objetivo

Aperfeiçoar a competência linguística para a produção de textos jurídicos coesos e coerentes, características essenciais para efetivação do acesso à justiça.

Material e Métodos

A pesquisa proposta enquadra-se dentro do paradigma de pesquisa qualitativa (Alves-Mazzotti; Gewandsnajder, 2001; Flick, 2013) e de natureza intervencionista (Damiani et al, 2014).

O projeto é desenvolvido a partir de dez encontros com atividades predeterminadas em que as tarefas envolvem a escrita orientada, revisão - individual e colaborativa - e a reescrita. A orientação ocorre a partir da Guia para Escrita e/ou Revisão, ilustrada na imagem abaixo, extraída do banco de dados do projeto:

IMAGEM DA GUIA

O material utilizado para essa análise inicial é constituído pelos textos produzidos no segundo encontro, os quais não contaram com qualquer intervenção, servindo como base, ora, para, por meio da aplicação da Guia no momento da análise, elucidar se a organização da escrita jurídica na petição inicial necessita de uma proposta intervencionista.

Resultados e Discussão

Em aperfeiçoamento da ideia de um conjunto de regras jurídicas voltadas à tutela das necessidades humanas desenvolveu-se um princípio denominado "acesso à justiça".

Nas palavras de Mauro Cappelletti e Bryant Garth (1988), na obra clássica que leva o nome do princípio em questão, "A ideia básica subjacente ao acesso à justiça é que todos devem ter a oportunidade de apresentar suas reivindicações, independentemente de sua posição econômica ou social" (Cappelletti; Garth, p. 3-4).

"O acesso à justiça é o direito subjetivo público e autônomo de ingresso e permanência no processo, em busca de tutela jurisdicional efetiva". (Grinover; Dinamarco; Cintra, 2010, p. 153). Nesse sentido, o acesso à justiça é um direito fundamental que decorre do próprio Estado Democrático de Direito, e que tem como objetivo a efetivação dos direitos fundamentais. Entretanto, na prática, a concretização dos direitos ocorre por meio da escrita, o principal veículo comunicativo do Direito.

Conclusão

Analisados os textos a partir da aplicação da Guia para Escrita e/ou Revisão, restou demonstrada a média de percentual de problemas de 67,5%; sendo 65% dos problemas em relação aos aspectos lógico-semânticos descritos na Guia e 70% em relação aos problemas relacionados aos aspectos linguísticos.

A partir desses dados conclui-se que a organização da escrita jurídica na petição inicial necessita de uma proposta intervencionista.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

DAMIANI, M.F (et. al.). Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de Educação, n.45, p.57- 67, 2014.

FLICK, U. Uma introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2010.